A “INVENÇÃO” DE UMA COMUNIDADE: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS E TRADIÇÃO ORAL EM BALBINO – CE

Camila Mota Farias*

RESUMO: Este artigo discute a tradição oral na “invenção” da Comunidade de Balbino-CE, que na década de 1980 passou por um processo de especulação imobiliária, desencadeando uma organização política dos moradores para conquistarem a posse de suas terras. Neste processo reorganizaram-se narrativas que (re)constroem a origem da Comunidade, transmitidas de geração para geração. A metodologia utilizada na pesquisa é a História Oral, permitindo a compreensão de como os sujeitos (re)constroem histórias, atribuem significados e criam identidades. A investigação em Balbino mostrou que a tradição oral sobre a origem da localidade se constitui por narrativas de resistências que envolvem a necessidade de se firmarem enquanto donos daquela terra, filhos de Balbino, criando, assim, um mito de origem.

Palavras-chave: Comunidade. Identidade. Tradição Oral.

ABSTRACT: This article discusses the oral tradition in the "invention" of the Commonwealth of Balbino-EC, which in the 1980 suffered a process of speculation, provoking a political organization of residents to earn the possession of their lands. In this process narratives were organized to build and reconstruct the origin of the Community, these narratives were passed from generation to generation. The methodology used in this research is oral history, allowing an understanding of how the subject builds and rebuilds its stories, attribute meanings and creates identities. The research in Balbino showed that the oral tradition of the origin of the region is constituted by narratives of resistance involving the need to establish themselves as owners of the land, the sons of Balbino, thus creating a myth of origin.

Key-words: Community, Identity, Oral Tradition.

A Comunidade de Balbino – uma “invenção”

A Comunidade de Balbino constitui-se de uma área com mangue, praia e lagoa, situada no município de Cascavel-CE. As suas principais atividades econômicas são a pesca e a agricultura, tendo um pequeno fluxo turístico que movimenta as barracas de praia e o comércio local, porém sem grandes empreendimentos. A viagem para Balbino dura cerca de uma hora e meia. Começa saindo de Fortaleza pela Avenida Washington Soares e seguindo

* Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas – **DÍCTIS**. Este texto é uma adaptação de um fragmento da monografia intitulada *“O Coco vem de dentro da gente”: Ressignificações culturais da dança do Coco em Balbino – CE (1997-2012)*, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Gomes Damasceno. E-mail: camilamotafarias@gmail.com.

por Aquiraz, pela CE 040, até Pindoretama, quando na entrada da cidade dobra-se à direita passando por Pratiús até o desvio para Balbino, indicado por uma placa.

Prosseguindo por uma estrada de calçamento chega-se à entrada do Povoado de Balbino cujo traçamento das ruas não é regular. Logo na entrada, situa-se uma extensa área de mangue, onde acontecem alguns rituais como a extração da casca do mangue vermelho e do cajueiro utilizadas para o tingimento da roupa do pescador, produzida artesanalmente.

O mangue segue até a praia. A localidade, em sua entrada, possui dois caminhos de terra batida: à direita um caminho no qual não passa carros e seguindo-o encontra-se a Lagoa; à esquerda encontramos um caminho mais firme, apesar de suas irregularidades, este nos dá acesso à sede do Projeto Coco (um Projeto de artesanato), às Igrejas, à praça, aos mercados, ou seja, à parte mais habitada, seguindo na direção da praia. [1]

O povoado de Balbino foi sendo construído e caracterizado pelos seus moradores como uma Comunidade. Compreendemos Comunidade como um conceito desenvolvido, principalmente, pela sociologia. Para o sociólogo Tönnies[2], o conceito relaciona-se com uma "vida orgânica e real", regida por um pressuposto de unidade de interesses e de desejos, um sentir comum, esta Comunidade seria composta por relações de sangue, de lugar e de espírito que estariam relacionadas ao parentesco, à vizinhança e à amizade, esta última caracterizada pela identidade e pela semelhança nas profissões.

Na perspectiva de Cohen[3] o conceito é entendido como um mecanismo simbólico, sendo uma possibilidade de pensar, de sentir e de acreditar, um fenômeno cultural que tem seu significado construído a partir das teias de relações tecidas pelos homens e da produção de símbolos, ou seja, que passa por processos de "(re)invenção". Assim, "enquanto símbolo, [a Comunidade] é apropriada coletivamente pelos seus membros, mas os seus significados variam conforme as perspectivas pessoais". [4]

A Comunidade seria construída a partir das experiências, dos interesses e dos símbolos criados pelos sujeitos sociais, sendo um conceito apropriado pelos seus membros, entretanto seu significado vai se modificar de acordo com as vivências dos sujeitos que a compõem.

---

[1] *Diário de Campo*, 27 de outubro de 2010, Balbino – CE.
[2] TÖNNIES, F. *Comunidad y asociación.* Barcelona: Península, 1979.
[3] COHEN, A.P. *The symbolic construction of community*. London: Tavistock, 1985.
[4] LEMOS, Carolina Teles. *A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião.* Estudos de Religião, v. 23, n. 36, 201-216, jan./jun. 2009, p. 204.

Portanto, o conceito de Comunidade foi construído originalmente a partir de elementos como a harmonia, a unidade, a identificação, o compartilhamento, a solidariedade, ou seja, um conceito que remete a uma ideia de algo homogêneo, bom e seguro. Bauman[5], entretanto, vai questionar tal unidade e comunhão, contrapondo a estes elementos a falta de liberdade, colocando esta ideia de Comunidade como "um paraíso perdido ou um paraíso ainda esperado".

Mas, uma comunidade não é uma realidade dada, e sim uma realidade construída. Nesse sentido, a comunidade de Balbino foi se (re)construindo e se "(re)inventando", processo que pode ser caracterizado pelo que sugere Hobsbawm[6], ao afirmar que "tradições inventadas", correspondem a tradições realmente inventadas, construídas, institucionalizadas, ou ainda, a as tradições que surgiram de maneira difícil de se localizar no tempo.

Entendemos "tradições inventadas" como um conjunto de práticas, reguladas por regras e aceitas, tendo naturezas ritualísticas ou simbólicas que inculcam certos valores e normas de comportamento, através da repetição, gerando uma continuidade com relação ao passado. Sendo assim, a "invenção da comunidade" é compreendida como um conjunto de eventos, de experiências e de narrativas que foram simbolizadas pelos moradores, aceitas e transmitidas principalmente pela tradição oral.

A tradição oral da localidade é compreendida na perspectiva de Cruikshank[7] como um sistema aberto que se constitui da transmissão oral entre as gerações de conhecimentos, de acontecimentos, de sensibilidades e de percepções, tendo como *lócus* perpetuador os lugares e a família.

Tradição Oral na Comunidade de Balbino: um devir em ação

A "invenção" da Comunidade de Balbino pode ser apreendida a partir de experiências e de narrativas de moradores como momentos de mudança por parte de sujeitos que nesse agir narrar, constroem uma nova percepção de si, ao sugerirem ideias de unidade, de identificação, de compartilhamento, evocando as relações de parentesco, de vizinhança e de amizade, propostas por Tönnies.

Investigando a origem de Balbino, deparamo-nos com uma dificuldade de localização no tempo, pois não encontramos documentos escritos que façam o registro de

---

[5] BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade:* a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

[6] HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das Tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

[7] CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Tradução Luiz Alberto Monjardim et al. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

criação da localidade. Entretanto, em documentos da Associação de Moradores de Balbino e em reportagens dos jornais O Povo e o Diário do Nordeste, encontramos um discurso que pode ser traduzido no texto abaixo:

> A liberdade não foi a única compensação para os negros que fugiram arriscadamente dos cativeiros. Poderia até ser, pois afinal o preço da fuga malograda era a própria vida. Mas em Cascavel, a 72 quilômetros de Fortaleza, os escravos se depararam com um verdadeiro paraíso natural, onde o mar, mangues e lagoas formam o lado mais generoso da criação. Esse santuário ecológico, encontrado pelo quilombo que originou a comunidade de Balbino, foi o lenitivo para as dores dos açoites, a oferta do alimento que saciou a fome e o repouso suave para a guerra da sobrevivência. [8]

Essa história que remete à origem da Comunidade de Balbino baseia-se na existência de um quilombo sem registros escritos, o que nos direciona a buscar na tradição oral da localidade, nas memórias dos sujeitos, no contar esta origem. O acesso a esta tradição é possível através da História Oral, compreendida como:

> Uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que elas tiveram na vida de cada uma. [9]

A metodologia da História Oral nos possibilita, através do trabalho de campo e da realização de entrevistas, a percepção de como os sentidos e significados são criados pelos sujeitos, permitindo a reconstrução da história desta Comunidade, através das experiências vividas e organizadas nas memórias.

Assim, as memórias dos sujeitos pesquisados serão a fonte primária desta busca pelas origens, pois acreditamos que, representando uma seleção do passado/presente do indivíduo e dos "grupos" aos quais ele pertence, é capaz de possibilitar a reconstrução de fragmentos desses tempos e de auxiliar na compreensão de como os sujeitos apropriam-se do tempo e dos acontecimentos, construindo símbolos e significados.

A memória será compreendida, na perspectiva de Maurice Halbwachs, como reconstrução do passado não somente individual, mesmo que lembrada pelo indivíduo, mas também como memória coletiva, tecida a partir das interações sociais e do presente, tendo

---

[8] *Diário do Nordeste,* 6 de setembro de 1996, p.04

[9] PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História:* Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n.15, abril, 1997, p.15.

como instrumento socializador a linguagem. Portanto, a memória individual coexiste e relaciona-se com a coletiva, afinal “são os indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo”. [10]

Nesse sentido, as memórias sobre a origem da Comunidade de Balbino são construídas a partir das linguagens, dos lugares, das experiências partilhadas, selecionando o que deve, ou não, ser lembrado e gerando elementos de identificações. Nas Palavras de Ecléa Bosi: “na maior parte das vezes lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. [11]

Sem entrar no debate sobre memória histórica, trazemos o entendimento de Ricoeur para quem a história é sempre narrativa, mas nem toda narrativa é uma história-memória, já que a “historiografia pode ser também sem memória, quando só a curiosidade a anima”. [12] As narrativas sobre origens, não podem ser vistas como uma acumulação e organização completa e ordenada de acontecimentos que representam uma verdade primeira, mas uma (re)construção de acontecimentos que resulta do embate entre lembrança, esquecimento e seleção que pode entrecruzar fatos e temporalidades, configurando simbologias e imaginação que instituem lugares no presente.

Mesmo que contenham algo de fabuloso, narrativas históricas de tradição oral, transmitidas espontaneamente por uma sociedade, como a história que a Comunidade de Balbino conta sobre si mesma, representa um conhecimento de si que opera como autorreflexão. Segundo compreende Certeau a narrativa histórica:

> [...] tem uma função simbolizadora, permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe na linguagem um passado e abrindo um espaço próprio para o presente: marcar um passado é dar lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade que enterra os mortos como meio de estabelecer um lugar para os vivos. [13]

Nesse sentido, ao tentar responder quem é a Comunidade, produz-se a sua “invenção”, entre imagens e emoções, não aleatórias, mas, imersas em estruturas sociais, como propõe Kaufmann[14]. Entendimento que pactua com Chartier, quando este declara que “A encenação em forma de intriga deve ser entendida como a operação de conhecimento, que

---

10 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p.69.

11 BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p.55.

12 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa.* Volume 3. São Paulo: Papirus, 1997, p. 325-327.

13 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano.*

14 KAUFMANN, Jean-Claude. *A invenção de si*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p.107.

não é da ordem da retórica, mas que considera fulcral a possível inteligibilidade do fenômeno histórico, na sua realidade esbatida, a partir do cruzamento dos seus vestígios acessíveis". [15]

A memória histórica coletiva sobre a origem da Comunidade é revelada em narrativas inseridas em histórias de resistências, cujos elementos engendram um mito de origem, este é compreendido na perspectiva de Lévi-Strauss analisada por Marilena Chauí que entende a necessidade de todo povo de contar a sua história, algumas vezes através de um pensamento mítico.

> O Pensamento mítico faz exatamente a mesma coisa, isto é, vai reunindo as experiências, as narrativas, os relatos, até compor um mito geral. Com esses materiais heterogênios produz a explicação sobre a origem e a forma das coisas, suas funções e suas finalidades, os poderes divinos sobre a Natureza e sobre os humanos.[16]

Os mitos para Lévi-Strauss possuem pelo menos três características principais, são elas: *a função explicativa*, o presente é explicado por ações passadas cujos efeitos permanecem durante o tempo; *a função organizativa*, as relações sociais são organizadas pelo mito garantindo e legitimando um sistema de proibições e permissões; *a função compensatória*, o mito serve para compensar os humanos por alguma perda e para garantir-lhes a correção de um erro, criando uma visão estável da natureza e da vida comunitária.

No mito de origem da Comunidade de Balbino, presentificado na história que moradores contam, podemos identificar alguns elementos recorrentes como a descendência étnica, a resistência e o surgimento do pescador. Sobre a descendência étnica, referida também nas reportagens dos jornais, encontramos a presença de negros e de índios, como nos relata Dona Francisca em suas lembranças de histórias contadas por sua avó, demonstrando a presença da tradição oral.

> A Comunidade do Balbino veio daquela época, minha vó contava, dos índios. Ali ela disse, que até justamente a família do meu, do meu esposo que era também um dos índio. Ela disse que esse pessoal era o pessoal que vinha do tempo da Guerra do Paraguai, que vinha fugindo pra não ir pras escravidão, pra num ir pra guerra, aí vinha nos barcos, aí os barcos ficava lá no mar, até ela disse que a Semace inda tem foto dos pés de pau, assim dos tronco de pau grosso, que quando tem uma época que a maré é grande, quando ela vai ficando menas aí aparece aquelas argilas. Aí ela dizia assim, eu tinha 8 anos de idade: Isso aqui minha filha o mar num era aqui, o mar era mais longe, aqui era umas mata grandes que o pessoal vinha fugindo de outros lugares pra num ir pra escravidão aí eles ficava escondido dentro das matas. E

---

15 CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990, p.83.
16 CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995, p. 161.

> a gente nunca via essas matas, aí quando eu tinha 20 anos aí começou a aparecer, o mar cavando, aí começou a aparecer esses paus. [17]

Podemos perceber nas falas da depoente que associado às etnias está o elemento da resistência do povo que formou Balbino, quando afirma que os índios e os negros chegaram à localidade fugindo da escravidão e da Guerra do Paraguai, ou seja, desde os seus fundadores Balbino é constituído de um povo guerreiro e forte.

Por fim, encontramos a sugestão da existência de uma "raiz antiga" legitimadora da criação de um povo com as suas singularidades, os pescadores, os filhos de Balbino.

> Bom, a história do Balbino ela surgiu praticamente, os avós da gente que foram os principiantes, as raízes, então juntou aquela pequena Comunidade, que era pouca mermo, você chegava lá e contava quantas pessoas moravam no vilarejo, era bem pouquinho, tinha a Lagoa Seca, que era mais o pessoal mais velho que morava lá ao redor da Lagoa Seca num cajueiro, num era uma casa, era um cajueiro que se fazia a casa e morava dentro, naquele tempo inda era assim e a vivência era pescador, morava ao redor de uma Lagoa, que era a Lagoa Seca, então lá se criaram os pescadores, os homens que começaram a vida de Balbino, no caso ele lá se chamava é, Antônio Balbino, o mais velho, a raiz antiga né, chamava-se Antônio Balbino. [18]

Como podemos observar nessa fala de "Seu" Pedro, emerge uma *raiz antiga* que deu origem à localidade, raiz esta representada na figura de um homem, chefe de família, chamado de Antônio Balbino, homem que morava ao redor da Lagoa Seca em uma casa improvisada, numa integração com a natureza onde se desenvolveu a vivência da pesca, forjando os pescadores. Esta figura primeira, Antônio Balbino, frutificou as terras praianas, gerando filhos, pescando, construindo um lar e marcando a construção da Comunidade.

Podemos perceber essa narrativa histórica como um mito de origem, portador das características fundamentais de um mito citadas por Lévi-Strauss. *A função explicativa* pode ser identificada no encontro das duas etnias, negra e indígena, representadas na figura de Antônio Balbino. Antônio Balbino é um ícone, pois nomeou a Comunidade, como sugeriu os depoentes, ou seja, de homens que fugiram em busca de liberdade, destaca-se o primeiro Balbino, que nomeou o lugar e os seus habitantes. "Dona" Francisca refere-se a essa origem, dizendo que: "aí eles eram moreninho, agora tem alguém que não é, mas continua numas

---

[17] Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Francisca Ferreira Faustino*, 66 anos, no dia 27 de outubro de 2010 em Balbino - CE. "Dona Francisca" foi a primeira presidente da Associação de Moradores e trabalha como rendeira.

[18] Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Pedro Francisco Faustino*, 72 anos, no dia 18 de dezembro de 2010, em Fortaleza - CE. "Seu" Pedro nasceu em Balbino, mas mora em Fortaleza desde 10 anos de idade, foi presidente da Associação de Moradores e atualmente é o 2° Vice Diretor Executivo.

corzinhas bonitas, por que não tem nenhum assim alvo, alvo não, [são] as cores bonitas..." [19], justificando a união das etnias.

A *função organizativa* está expressa na constituição da Comunidade formada por pescadores originários de uma mesma família. A pesca e o parentesco articulam os moradores e estruturam as relações sociais. Como percebemos na seguinte apresentação: "Sou Francisca Ferreira Faustino, tenho 66 anos, nasci aqui na Comunidade de Balbino, me criei aqui, meus pais, meus avós, tudo nasceram aqui. Desde pequena, desde criança a gente ajuda meus pais na agricultura, na pesca...". [20]

A *função compensatória* pode ser compreendida pelas perdas ocorridas em um presente recente com a invasão imobiliária sofrida pela Comunidade na década de 1980, por exemplo, a redução da área do mangue, o aterramento da lagoa, a falta de peixe, em contrapartida o passado da Comunidade é marcado pela abundancia de um paraíso, de uma terra tranquila, onde nada faltava e todos viviam juntos.

A luta pela terra e a narrativa de si como transmissão e convicção

A zona costeira do Ceará passou por uma valorização pelas elites com o desenvolvimento do turismo, gerando ocupações que, segundo a geógrafa Maria do Céu Lima[21], ocorreram em quatro momentos. O primeiro momento seria ainda durante o final da década de 1960, quando as cidades costeiras, como Camocim, Aracati, Paracuru, são povoadas. O segundo momento se deu na década de 1970 com a descoberta dos "paraísos cearenses", destacando-se Canoa Quebrada, em Aracati. O terceiro momento é demarcado pela estudiosa com a chegada dos interesses relacionados à especulação imobiliária, desenvolvidos em meados de 1980. Por fim, o último período é caracterizado pela urbanização turística e a "incorporação produtiva" da zona costeira cearense à economia global.

19 Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Francisca Ferreira Faustino* no dia 27 de outubro de 2010 em Balbino – CE.
20 Idem.
21 LIMA, Maria do Céu. *Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará:* território, costumes e conflitos. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2002.

A Comunidade de Balbino passou por um longo período caracterizado pela ocupação ilegal de seus territórios. Segundo o Jornal O Povo "uma parte das terras [de Balbino] pertence à Marinha e a outra está ocupada pelos pescadores. Muitos com o usucapião em andamento". [22] Assim como em Balbino, em outras comunidades da zona costeira cearense a questão territorial tinha as mesmas características de ocupação, terras de marinha e terras devolutas sem ocupação legal, gerando situações de conflito pela posse legal.

Compreendendo as fases citadas por Maria do Céu Lima, o processo de invasão de Balbino esteve relacionado à terceira fase de ocupação da zona costeira cearense, caracterizada pelo interesse de especuladores imobiliários que compravam ou ocupavam as terras dos pescadores. Antes de chegar a Balbino, a especulação imobiliária ocorreu em seus arredores, despertando medo na população.

Essa especulação imobiliária está ligada a processos de modernização da região Nordeste que estabeleceram o desenvolvimento turístico como perspectiva de dinamização econômica, focalizando a área litorânea com um modelo de turismo baseado no sol e no mar. No Ceará, esse período foi marcado pelos governos de Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e de Ciro Gomes (1991-1994), considerados como os governos das mudanças. Segundo Araújo e Pereira:

> Os anos 1980 marcam uma nova etapa na ocupação litorânea no Ceará. Fatores de ordem local, nacional e internacional confirmaram este quadro, à medida que, a mudança na política do Estado, priorizou em seu planejamento, a indústria e os serviços (em especial o turismo) como setores modernizadores da economia cearense. [23]

Ao lembrarem-se desse período, quando enfrentaram os conflitos pela terra decorrentes da ação de agentes ligados ao setor imobiliário, os moradores relembram a Comunidade como um paraíso que despertou o interesse de homens ricos, como podemos perceber:

> Então nós vivia aqui nessa comunidade sempre muito tranquila, calma... nós num tinha... nunca nem imaginava que fosse acontecer o que aconteceu por conta das

[22] *O Povo,* 30 de julho de 1997, p.09A.
[23] ARAÚJO, Enos F. de; PEREIRA, Alexandre Q. *O turismo e a valorização do litoral metropolitano*: espacialidade turística em Caucaia-Ce. Ra'e ga. Curitiba: UFPR, 2011, p. 82.

> pessoas que tinham muito interesse em ficar principalmente com a praia que é uma praia linda, nativa. Então com isso deu uma confusão, questão, foi pra justiça. [24]

Também no cordel, sem data, de autoria do estudante Gustavo Oliveira e de Camila Batista, ex-professora da localidade, há uma estrofe que diz: “a natureza dava tudo o que o povo precisava/ tudo era repartido, quando plantava e pescava/ O cozido era grande e a fome saciava.” Essas falas sobre si estruturam uma imagem paradisíaca da Comunidade, compondo-a como um lugar cálido, homogêneo, um paraíso que foi maculado pela especulação imobiliária na década de 1980.

A Comunidade é concebida, no discurso de seus moradores, como um lugar tranquilo, de farturas e de riquezas naturais, como já retratado, proporcionadas, principalmente por ser uma área litorânea farta de recursos, elementos estes que despertaram o interesse de imobiliários.

Os Moradores apontam o nome de dois agentes imobiliários, o Moinho Dias Branco e o Rui Caminha Barbosa Júnior. Rui Caminha é colocado como o principal imobiliário interessado nas terras do Balbino. Caminha era proprietário da Imobiliária IWA junto com Ticiana Fiúza Caminha Barbosa. Segundo o jornal O Povo: “Os nativos de Balbino, pescadores na maioria, estão disputando com os donos da firma IWA, de Ticiana Fiúza Caminha Barbosa e Rui Caminha Barbosa Júnior, a posse das terras há mais de dois anos”. [25]

Nas entrevistas realizadas identificamos que os conflitos de terra iniciaram-se em 1984, intensificando-se em 1986-87, levando a uma organização da Comunidade para iniciar uma luta pela posse de suas terras, tendo em vista que estavam ocorrendo invasões violentas na localidade. Relembrando o momento “Dona” Francisca conta:

> Eles fizeram três invasão, mas a primeira foi em 84, essa primeira invasão eles tiraram gasolina do bugue, não foi o dito imobiliário, mas eles mandavam os invasores, tiraram gasolina do bugue botaram em cima das madeiras da cerca [das casas] e queimaram. [Em 1986] A praia era cercada, eles fizeram as cercas com sete cinta de arame, não tinha nem onde colocar as armadinhas, eles cercaram o mangue, eles aterraram 20 metros de mangue, onde tem os camarões, 20 metros de mangue é muito mangue, e eles aterraram com uma máquina o viveiro de camarão. [...] Em 1989 foi um sofrimento muito grande, eu cheguei pra entrar dentro de casa eles colocaram o revolver na minha mama, ainda tive que fazer o tratamento, no meu

---

[24] Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Maria Luiza de Sena Silva*, 60 anos, no dia 21 de abril de 2012 em Balbino – CE. “Dona” Luiza é uma das líderes da Comunidade, participou da luta pela terra e atua na Associação de Moradores do Povoado de Balbino.

[25] *O Povo*, 30 de julho de 1997, p.09A.

> esposo foi no umbigo, numa hérnia, até hoje sofre, nos meus filhos foi em cima do peito, na garganta, na cabeça, ele querendo que a gente não entrasse dentro de casa e a gente não entrou que eles não deixaram, e eles dizendo que era a polícia. [26]

"Dona" Francisca, confunde-se com relação à data da última invasão, apontada como 1989, quando, na verdade, esta ocorreu em 29 de julho de 1987. Interessante perceber na fala da depoente a violência com que foram tratados e as perdas que tiveram, principalmente, com relações aos danos na natureza, que afetam toda a estrutura social da Comunidade, tendo em vista que a existência de Balbino está associada ao mar, ao mangue, ao solo, à Lagoa e às práticas que se desenvolvem em decorrência desses.

Como já foi dito, a terra de Balbino pertencia à marinha e outra parte estava sendo ocupada pelos moradores, alguns com processos para conseguir legalizar a sua posse de terra. Os depoentes relatam que os agentes imobiliários chegaram à Comunidade e afirmaram serem donos da terra, esse fator se deu com algumas características peculiares, como afirmou "Dona" Francisca, houve uma ação violenta, queima de casas, ameaças, destruição do Mangue e da Lagoa. Outros depoentes e reportagens do Jornal O Povo confirmam os fatos:

> O M. Dias Branco e o, o Rui, então tudo era imobiliária, compraram aquela área lá, segundo eles compraram, era uma invasão, eles cercaram, tumaram [...] eles tumaram, um grupo de soldados, pessoas vestidas de soldados, a gente num sabe se eram soldados mermo, ou se não. Do lado da praia tinha umas casas, Dona Francisca morava lá, um bocado de gente morava lá na beira da praia, era assim... da casa delas pra praia era 100 metros, e, quando deu de fé, a polícia chegou, chegaram esses policias lá mais esse Rui e tudo, e invadiram: deram em alguém, queimaram casa, arrancaram os coqueiros e fizeram um verdadeiro absurdo, ameaçaram muita gente, houve essa confusão toda. [27]
>
> "Esse terreno pertence ao meu avô e passou pro meu pai. [diz Dona Nelsa Sena, 62 anos] Meu avô morreu com 100 anos", completou entre soluços sem parar de lamentar a destruição e as coisas perdidas. Seu filho, Raimundo Ferreira Sena, 41 anos, pescador, conta que tinha uma casa na área da Marinha com o objetivo de guardar objetos da jangada. "Há uns cinco meses construí essa casa aqui, diz apontando para o que restou da moradia. Hoje, chegaram e desmancharam tudo e ainda ameaçaram se a gente não se afastasse levaria preso e algemado. "Nós conta que somos nativos daqui", esclarece. Raimundo informa ainda que Rui Caminha já quis comprar as terras, mas ninguém quis vender. "Aí agora querem tomar na marra", diz lembrando a escritura falsa e o fato de nunca ninguém ter ouvido falar em parentes da família Barbosa Caminha na localidade. "E como é que eles são herdeiros?", emenda. [28]

---

[26] Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Francisca Ferreira Faustino* no dia 27 de outubro de 2010 em Balbino – CE.
[27] Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Pedro Francisco Faustino* no dia 18 de dezembro de 2010, em Fortaleza – CE.
[28] *O Povo*, 30 de julho de 1997, p.09A.

Percebe-se que a ação dos invasores se deu com a utilização de documentos que diziam registrar a posse da terra no nome da imobiliária, mas que para os moradores isto nada justificava tendo em vista que eles nunca moraram lá, diferente do povo da Comunidade, que herdou suas casas dos seus avós e pais, como é o caso de "Dona" Nelsa e de Raimundo Ferreira, seu filho, ambos se consideravam herdeiros da terra, filhos do lugar. Identificamos também a destruição dos espaços e das ferramentas de trabalho dos nativos, como os objetos da jangada, citados por "Seu" Raimundo.

Encontramos registros da época apenas no Jornal O Povo, mesmo assim é uma pequena cobertura representada em três reportagens que registraram apenas a última invasão sofrida. As reportagens da época retratam a tensão, o medo e o desespero dos moradores ao verem as suas casas serem queimadas, e ao serem ameaçados de despejo. Mostram também, os danos psicológicos deixados na população, sejam nas mulheres, nas crianças ou nos homens, que além de perderem seus pertences, foram humilhados e ameaçados. Além disso, as reportagens são acompanhadas de fotos dos moradores "aos prantos" e dos restos das casas de palhas destruídas no chão.

Os conflitos de terra na zona costeira cearense geraram diversas ações dos nativos, desde acordo com os especuladores ao combate e enfrentamento. A reação dos moradores de Balbino foi construir uma resistência, através de uma teia de relações estabelecidas com instituições governamentais e não governamentais.

Sobre a primeira invasão, ocorrida em 1984, citada pelos moradores entrevistados, não existem documentos da época, ou referências que expressem como foram as reações dos moradores, mas em reportagem de 1987 encontramos a informação de que "aproximadamente 12 pessoas estão recorrendo na Justiça com o usucapião, desde 1983". [29] Fica-se nas entrelinhas que processos de usucapião da terra, desde 1983, foram sendo realizados como formas de garantir a posse da terra.

Após a segunda invasão, ocorrida em 1986, a Comunidade percebeu a necessidade de se organizar criando em 21 de fevereiro de 1987 a Associação de Moradores do Povoado de Balbino. Com a criação da Associação de Moradores da Comunidade de Balbino inicia-se uma formalização na organização do local, por conta da existência de uma entidade registrada que tem entre as suas principais funções defender a natureza local, o interesse dos nativos e lutar contra os "predadores e exploradores", ou seja, contra a especulação imobiliária. A criação de Associações de Moradores nas Comunidades da zona costeira cearense que

---

[29] *O Povo*, 30 de julho de 1997, p. 09A.

sofreram com a especulação imobiliária foi um recurso comum, tendo acontecido em várias localidades.

Durante os anos de 1987, após a invasão mais violenta, a Comunidade precisou recorrer a outros modos de resistência, além do que já havia sido feito, os nativos recorreram a instituições do governo, como a Capitania dos Portos e a Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC) que realizou uma visita na localidade em 1987 e auxiliou os moradores na reversão das ações dos especuladores. Em 1988 com a interferência da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), foi criada em 21 de setembro de 1988, através da Lei N° 479/88, a Área de Proteção Ambiental de Balbino (APA). A APA de Balbino tem 250 hectares que compõe uma paisagem de dunas, lagos, praias, manguezal, além da fauna existente.

A APA de Balbino foi a primeira da zona costeira cearense. A sua criação garantiu que pelo menos as terras próximas à praia não pudessem ser comercializadas, cabendo à Associação de Moradores do povoado a administração dessa terra, que seria dada às famílias ou a indivíduos que necessitassem, tendo como condição para receber a terra ter nascido na localidade.

Portanto, no processo dessa luta, os moradores foram estabelecendo diversos contatos constituintes de uma rede de parceiros, como o Instituto Terramar, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidades, Jornalistas etc.

O caso de Balbino foi à justiça e a Comunidade teve o apoio do político e advogado João Alfredo. Até que, em 1997, o Povoado venceu a luta e conquistou a posse de suas terras, celebrada em uma festa com a visita do então Governador, Tasso Jereissati. Em entrevista ao jornal sobre as modificações que a posse da terra trouxe para a Comunidade, um dos últimos integrantes da família Balbino, respondeu:

> "Minha família fundou este povoado e quando as imobiliárias invadiam as nossas terras, confesso que acreditava que tudo estava perdido. Mas o Governo cumpriu com a palavra e o nosso sonho finalmente se concretizou. A gente hoje dorme tranquilo, em uma terra que todo mundo sabe que é nossa, mas a gente já sabia disso, desde o tempo dos nosso avós." Francisco Balbino, 78, pescador. [30]

[30] *O Povo*, 22 de junho de 1997, p.10A.

É interessante perceber como o mito de origem da Comunidade está presente na fala desse depoente, na afirmação da legitimidade da posse da terra dos pescadores que moravam na localidade, "terras herdadas de seus avós e não dos imobiliários", remetendo ao conceito de comunidade trabalhado que se refere a uma origem comum, sendo, assim, por mais que os moradores de Balbino ainda não possuíssem oficialmente a posse das terras, as consideravam como deles, pois eram descendentes da mesma família, a família que fundou o local, a família de Antônio Balbino. Portanto, a narrativa do mito de origem é utilizada para compor um discurso da Comunidade voltado para a legitimação do que consideravam os seus direitos.

Compreendemos que ao buscarem se firmar enquanto Comunidade para legitimar o direito a terra os moradores produzem uma identidade comum, assim o conceito de comunidade e de identidade se entrelaçam. Compreendemos identidade a partir de Bhabha[31] para quem identidade é o resultado de uma construção social conflitante e ambígua.

Souza[32] ao analisar a questão da identidade aponta que Fanon[33] propõe uma interpretação do conceito de identidade em Bhabha a partir de três aspectos fundamentas: o primeiro deles é a necessidade de existir para o outro, a construção da identidade, portanto, está relacionada a se mostrar em direção ao diferente; o segundo seria um desejo ambíguo de vingança que provoca uma separação, o colonizado deseja ser o colonizador, mas teme perder o seu lugar; o terceiro é o processo de construção da identidade que não se limita a afirmar uma identidade preexistente e pressuposta, trata-se da produção de uma imagem de identidade que busca transformar o sujeito para que este assuma a imagem, gerando um desejo de buscar sua autenticidade.

A identidade forja-se a partir das vivências em comunidade, do sentimento de pertencimento, mas também do contato com o outro, do medo de perder seu lugar e da necessidade de se mostrar e de se firmar como diferente. No caso de Balbino a necessidade foi de se mostrarem como donos da terra, descendentes da família de Antônio Balbino, de negros e de índios que resistiram as ações dos brancos e que construíram manifestações culturais próprias que os ligam ao lugar, como a pesca artesanal, a renda de bilros e a dança do Coco.

A dança do Coco era em Balbino uma brincadeira de pescadores locais, a partir da luta pela terra essa dança tornou-se uma apresentação, sendo realizada em diversas

31 BHABHA, H. *O local da cultura.* 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
32 SOUZA, Lynn Mario T. M. de. *Hibridismo e Tradução Cultural em Bhabha.* Disponível em: <http://www.osdemethodology.org.uk/texts/lynnbhabha.pdf> Acessos em 25 de novembro de 2012.
33 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

localidades, principalmente no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Dançar o Coco para outras pessoas, em outros lugares, era uma maneira de aparecer publicamente, um trabalho de apresentação de si com uma história própria e um modo de ser, vejamos o que conta Jacirene:

> Nós saímos muito, viajemos pro Dragão do mar, expondo o trabalho, viajamos pra Aracati, tivemos de viajar pra Beberibe, pra alguns cantos nós era convidado pra apresentar, e eu ia com esse grupo [...] eu era jovem, mas via o problema que estava nos acontecendo, e eu tinha aquele interesse e eu ajudava a resolver, viajava pra expor o trabalho, contar a história do Balbino [...] o Coco pra mim simboliza a área do pescador, por isso que eu trabalho assim sempre com o gato pro ar, sempre pra não esquecer da área do pescador, que o pescador tem valor, que ele precisa ser reconhecido, porque ele não é reconhecido, então pra mim o objetivo é esse, mostrar pro público a história de Balbino. [34]

Na fala da professora Jacirene, percebemos claramente o intuito de apresentar através da dança a própria Comunidade de Balbino e a sua história. Desse modo vai-se construindo uma Comunidade estabelecida, através da tradição oral, do mito de origem, da luta pela terra e das suas práticas culturais. Assim, a história da localidade foi sendo divulgada/transmitida pelos moradores quando participam de eventos em outros locais seja por discursos orais, pelo grupo de dança e, mais atualmente, pelo grupo de teatro e por documentos escritos pelos moradores.

Esse contar-se, que se faz em múltiplas linguagens, figura-se como um modo de colocar no mundo o mundo que acreditamos e vislumbramos. Desse modo, os sujeitos habitam a sua própria fala e essa fala os move, os transforma. Assim, os moradores de Balbino criam e recriam narrativas de si para partilhar com os outros as suas experiências.

---

[34] Entrevista realizada por esta pesquisadora com *Maria Jacirene Ferreira da Silva*, 32 anos, no dia 21 de abril 04 de 2012 em Balbino – CE. Jacirene é professora e acompanhou o grupo de Coco nas viagens para apresentação.